



Subcomitê Juquery Cantareira

Resumo Executivo da A T A * SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ JUQUERY - CANTAREIRA

Aos três dias de julho de 2012 reuniram-se em Mairiporã-SP, Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-AT Juquery Cantareira, para tratar da pauta da reunião conforme convocatória de vinte e oito de junho pela Secretaria Executiva.

A plenária do Subcomitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê Juquery Cantareira, composta pelo colegiado tripartite com os representantes do Governo do Estado de São Paulo, os Municípios e a Sociedade Civil Organizada da bacia hidrográfica encaminhou e deliberou: O Presidente do Subcomitê Antonio Shigueyuki Ayacida, Prefeito de Mairiporã representando o segmento municípios, agradeceu as presenças, instalou a plenária dando as boas vindas. José Francisco Piza, Diretor Presidente da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê- FABH-AT fez apresentação sobre o andamento dos trabalhos da cobrança pelo uso da água, cujo inteiro teor se encontra na Ata completa. Destacando: antes havia dificuldades no trabalho mas avançou também porque passaram a trabalhar conjuntamente com os municípios, a sociedade civil e o estado, funcionando praticamente como um polarizador entre todos os entes que compõem o Comitê de Bacia do Alto Tietê envolvidos e interessados no processo da cobrança. Pontuou que também estão trabalhando com a Lei Específica do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras, onde contaram com ampla colaboração dos municípios, e que o processo deverá se encerrar provavelmente ainda em julho. Dos próximos passos disse que a Lei segue ao executivo para que sejam feitas modificações pelo governo do Estado porque é uma lei de proteção aos mananciais por iniciativa do executivo estadual e seguirá para Assembleia Legislativa. Adiantou que terá algumas modificações principalmente no que diz respeito à

* As plenárias do SCBH-AT Juquery-Cantareira dispõem da Ata Completa taquigrafada registrando a forma como foi proferida (ipsis verbis) na garantia de registro fiel. Este é um Resumo Executivo com objetivo de facilitar e dinamizar a apreciação dos Conselheiros(as) e demais interessados(as).

fiscalização porque a fiscalização exigida nas Leis Específicas do Guarapiranga e da Billings demonstrou dificuldades em sua aplicação. A Lei será também uma ferramenta que o poder executivo municipal poderá utilizar na regulamentação dos loteamentos inclusive alguns já ocupados de maneira irregular. Sobre a cobrança, disse que estão na fase final de consistência do cadastro único dos usuários com o trabalho desenvolvido pelo DAEE como órgão responsável pela outorga da água no poder estadual, e então finalmente já poderão ser emitidos os boletos aos usuários pagadores. Ruy Marcelo, representando segmento municípios PM de Mairiporã lembrou que foi estabelecido compromisso na última plenária do CBH-AT para que a cobrança seja iniciada no mês de agosto. Piza disse sobre o prazo, "...a filosofia é de cobrar esse ano por uma questão de honra, tanto do estado como do próprio Comitê de bacia". Ruy também reiterou o que já pontuara antes em reuniões tanto do CBH-AT como do Subcomitê, solicitando auxílio da FABH-AT porque há municípios, como Mairiporã, que possuem dificuldades com sua equipe técnica na elaboração dos projetos que possam captar e aplicar os recursos advindos da cobrança pelo uso da água no território municipal dentro da bacia. Piza disse que ainda sobraram recursos referentes ao último treinamento realizado para capacitar os tomadores elaborarem os projetos, e pretende compor um novo curso tendo como público pelo menos 70% funcionários de carreira das prefeituras e 30% funcionários de governo descentralizado. Também disse que já estão negociando complementação de verbas federais com o Ministério das Cidades pois provavelmente os recursos da cobrança, pelo montante e diante de tantas necessidades, deverão servir mais para a elaboração de projetos, e nesse sentido adquire grande importância o papel do Comitê, como do Secretário de Estado para a captação de recursos federais. Glauco Robson, representando a Secretaria de Meio Ambiente do Estado apresentou como sugestão para difusão do curso a utilização da Rede do Saber da Secretaria de Educação. O Presidente agradeceu as informações e andamento dos trabalhos enfatizando que os trabalhos realizados pelo Subcomitê são muito importantes para as pessoas que moram nos locais que precisam ter suas casas regularizadas, onde puder ser regulamentado, facilitando a vida da população, e também para promover ao mesmo tempo a recuperação dessas áreas. Anésio Ferreira de Campos representante segmento Sociedade Civil Organizada/IPEH, disse que tem mantido contatos sempre tentando ajudar o andamento da Lei Específica e em Cajamar sempre ressalta a importância do Subcomitê

e seus trabalhos, inclusive levaram para Rio+20 o Programa Juca Vivo desenvolvido com sucesso pelo Subcomitê na região. Salientou que a questão do saneamento ainda é muito pouco levada a sério e para mudar esse quadro é preciso a ajuda de todos, como conseguiram recentemente com a inauguração de Estações de Tratamento de Esgoto para região. Solicitou marcarem presença na Assembleia para dinamizar os trabalhos da aprovação da Lei Específica que é muito importante para a região do Juquery Cantareira e também para Mairiporã. Mário César Lopes do Nascimento, representando segmento Sociedade Civil Organizada/Associação Ecológica Acorda Mairipa, falou da importância estratégica dos mananciais de menor porte como o ribeirão dos Cristais e Itaim. Também parabenizou o prefeito Antonio Shigueyuki Ayacida, "...pela lucidez com o plano de saneamento, e vimos até polêmicas levantadas na audiência pública mas é realmente um instrumento para uma gestão mais avançada, de colocar isso e discutir, é muito bom, e acho que é por aí que começamos a caminhar porque o saneamento nesse aspecto é altamente estratégico para os nossos mananciais, e também parabenizar a lucidez do Piza colocando todos esses recursos, que resolveriam em parte os problemas que temos, se fosse investido em um só local, mas é de toda a Grande São Paulo, trabalhando nisso com a conjuntura do Ministério das Cidades, demonstra realmente uma lucidez na qual estamos caminhando na busca de soluções e acreditamos que são viáveis e interessantes". Piza salientou então que todos os pequenos mananciais da região metropolitana são reforço para o sistema geral, geralmente pouco utilizados e poderiam ser mais utilizados. Décio Lima Assessor Parlamentar do Deputado Estadual Beto Tricoli, esclareceu que em 2011 quando o Deputado assumiu a Presidência da Comissão de Meio Ambiente na Assembleia chegou o Projeto de Lei para a Lei Específica da APRM Juquery Cantareira e foi distribuído, ficando com a Deputada Célia Leão, realizaram então audiências públicas para promoverem alguns ajustes, inclusive até mesmo as do governo do Estado, levando sobretudo em consideração a experiência da Lei da Billings e do Guarapiranga, quando coletaram várias sugestões, e a sequência do rito prevê passar pelos trâmites da ATL na Casa Civil do Governo estadual, porém terão de aguardar o recesso da Assembleia para o retorno dos trabalhos parlamentares. Salientou que a principal preocupação é evitar que ocorra o mesmo observado na experiência da Billings e Guarapiranga modificando o que necessita ser modificado, a preocupação maior foi de aprimorar e melhorar o Projeto Lei. Ruy também fez a proposta que o

Subcomitê, o COMDEMA, e todos interessados, no começo de agosto compareçam à Assembleia Legislativa reafirmando o compromisso com a Lei Específica que é tão importante para a região. Mário César disse que no COMDEMA de Mairiporã foram feitas propostas e alteração oferecendo sugestões importantes, levando em consideração, como foi dito, tanto as experiências da Billings e do Guarapiranga quanto os dados mais recentes do planejamento de Mairiporã, os novos fatos envolvidos no empreendimento do Rodoanel, impactos e compensações. Rodrigo Castanho como convidado, membro da Secretaria de Meio Ambiente, disse que as Leis Específicas, tanto da Billings como do Guarapiranga na maioria não apresentaram falhas legislativas, mas o grande problema foi quanto a aplicação da legislação. As Leis trouxeram uma série de instrumentos eficazes porém salientou como importantíssimo para seu sucesso a integração dos diversos órgãos, estaduais e municipais, e do Comitê de bacia, para promoverem a aplicação da Lei. Décio Lima concordou pois a questão principal em que estão trabalhando é sua aplicabilidade. Ruy complementou dizendo que não é possível demandar uma carga muito pesada de responsabilidades aos municípios porque não terão condições totais de aplicar, citando aspectos da fiscalização.

Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos o Presidente agradeceu a participação nos trabalhos e deu a reunião como encerrada. A Ata foi taquigrafada pelo taquígrafo Dartan Gravina.